

A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE: UMA VISÃO SÓCIO HISTÓRICA

LA VIOLENCIA PSICOLÓGICA CONTRA LA MUJER Y LA PRODUCCIÓN DE SUBJE-
TIVIDAD: UNA MIRADA HISTÓRICA SOCIAL

PSYCHOLOGICAL VIOLENCE AGAINST WOMEN AND THE PRODUCTION OF
SUBJECTIVITY: A SOCIAL HISTORICAL VIEW

Ramon de Figueirêdo Pereira*
ramon-pereira@outlook.com

Amanda Oliveira Cerqueira Lima*
cerqueiraamanda94@gmail.com

Suzi Brum de Oliveira*
suzibrumpsi@gmail.com

*Faculdade Sul Fluminense, Volta Redonda, RJ/Brasil

Resumo

Desde os primórdios a figura feminina foi associada a uma figura dependente do patriarcado, acarretando na estrutura social a ideia de servidão ao homem e a família. A mulher por anos luta por uma posição de igualdade, que, no entanto, não foi almejada. Nesse processo, um dos fatores mais preocupantes é a violência contra a mulher, especificamente a violência simbólica ou psicológica, por isso, esse estudo busca, mediante pesquisa qualitativa, dissertar sobre as consequências subjetivas destas ações e suas implicações.

Palavras-chave: Mulher. Violência simbólica ou psicológica. Patriarcado. Implicações.

ABSTRACT

From the beginning, the female figure was associated with a figure dependent on the patriarchy, resulting in the social structure the idea of servitude to the man and the family. The woman has been fighting for years for an equal position, which, however, was not sought after. In this process, one of the most worrying factors is violence against women, specifically symbolic or psychological violence, therefore, this study seeks, through qualitative research, to discuss the subjective consequences of these actions and their implications.

Keywords: Woman. Symbolic or psychological violence. Patriarchy. Implications.

RESUMEN

Desde un principio se asoció la figura femenina a una figura dependiente del patriarcado, dando como resultado en la estructura social la idea de servidumbre al hombre y a la familia. La mujer lucha desde hace años por un puesto de igualdad que, sin embargo, no fue buscado. En ese proceso, uno de los factores más preocupantes es la violencia contra la mujer, específicamente la violencia simbólica o psicológica, por lo tanto, este estudio busca, a través de una investigación cualitativa, discutir las consecuencias subjetivas de estas acciones y sus implicaciones.

Palabras clave: Mujer. Violencia simbólica o psicológica. Patriarcado. Trascendencia.

Introdução

Nos últimos anos, a violência contra a mulher, e mais especificamente a violência psicológica, tem recebido mais destaque e evidência em diferentes espaços da sociedade. Minayo (2006) propõe, no

entanto, que a violência contra a mulher ainda apresenta, no senso comum, uma associação direta à agressão e coação física ao considerar este tipo de violência como a de maior risco de concretização em um relacionamento abusivo. No entanto, a violência psicológica tem sido documentada em estudos na saúde, mas ainda são deficientes os dados quanto a seus impactos na saúde mental.

Segundo Barreto (2018), quando falamos em relacionamentos abusivos, entende-se que estes podem envolver violência de natureza física, sexual e psicológica, mantendo uma relação de poder entre o abusador e o abusado, onde o abusado é localizado como propriedade. Importante considerar, todavia, que se tratando de uma relação, há que compreender as dinâmicas, processos psicológicos e posicionamentos possíveis e assumidos por cada ente da relação.

A violência contra a mulher, nos relacionamentos amorosos, é considerada uma epidemia socialmente disseminada no Brasil e ainda um problema de saúde pública (OMS, 2005). Contextualizar o fenômeno é condição para construção de uma reflexão crítica, incluindo no debate a sua dimensão subjetiva. A priorização do olhar médico e policial, muitas vezes, impede uma leitura sistêmica que acaba por contribuir na naturalização da violência e ampliação do sofrimento da mulher. Quadro este que pode dificultar a construção de ferramentas, por parte da mulher, para reconhecer seu próprio sofrimento e tomar decisões (RABELO & ARAÚJO, 2008).

Este estudo destaca a necessidade de análise sobre o que é e como se configura a violência psicológica contra a mulher, referenciados na perspectiva sócio-histórica, trazendo luz às consequências subjetivas e suas implicações ao viver da mulher. Para tanto, aplicou-se a pesquisa qualitativa bibliográfica através de artigos científicos e livros centrados no tema.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 – ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO E DESIGUALDADE DE GÊNERO.

Historicamente as mulheres são associadas ao serviço doméstico e aos cuidados com a família. Compondo a cena da relação conjugal a mulher deve, portanto, submeter-se ao marido como figura detentora de poder. Poder patriarcal que o situa no lugar de privilégio social, de autoridade moral e no controle de suas propriedades. Na visão de Parker (2009, p. 40) assinala que “as atividades do homem eram dirigidas para o mundo social mais amplo da economia, política e interações sociais, quanto os de sua mulher eram rigidamente restringidos, limitava-se ao mundo doméstico da própria família”.

Neste cenário, verificam-se movimentos de resistência e questionamentos, por exemplo, sobre as restrições à liberdade e aos direitos plenos, como os políticos que garantem o voto. Os inúmeros abusos e controles sofridos foram gradativamente questionados e condenados ao longo da história humana

através de lutas e resistências coletivas.

No Brasil, as mulheres não tiveram direito ao voto até o ano de 1932 e, embora, a Constituição Federal de 1988 tenha consagrado a igualdade entre homens e mulheres, constata-se que as reivindicações dos movimentos feministas ainda figuram como um desafio quanto a real garantia de direitos e dignidade humana.

Por muitos anos, muitas mulheres reconheceram a violência sofrida como um fenômeno natural, principalmente quando ocorria em um relacionamento conjugal ou em ambiente familiar, portanto, uma questão de esfera privada. Mas, gradativamente os movimentos na luta contra a violência de gênero e a favor dos direitos foram ganhando volume. Por meio do movimento feminista, na década de 1970, a violência contra a mulher ganhou destaque e passou a ser vista como uma questão social, desmistificando as narrativas populares (CORTIZO; GOYENECHE, 2010).

Contudo, para falar sobre a violência doméstica contra a mulher, é necessário rever alguns conceitos relevantes para a compreensão desse fenômeno. Implícito na violência está a relação de poder e domínio dos homens sobre as mulheres, que decorre da hierarquia de papéis de gênero como uma produção social. O patriarcado pode ser entendido como um sistema que promove as desigualdades de gênero por meio da dominação masculina das ideias e valores femininos. Trata-se de um sistema destinado a “manter a supremacia masculina por meio de duas técnicas fundamentais: afirmar a superioridade masculina e reforçar a relativa inferioridade feminina” (AZEVEDO, 1985, p. 47).

A sociedade e a cultura determinam os papéis de mulheres e homens, contudo, defende-se que não são as características biológicas inerentes a homens e mulheres que determinam o gênero, mas “os aspectos psicológicos, sociais e culturais que compõem a feminilidade e a masculinidade” (MARODIN, 2000, p. 9). Desta forma, o conceito de gênero destaca a influência das dinâmicas relacionais e dos padrões sociais na formação das identidades, masculina e feminina, mostrando que as características biológicas por si só não são suficientes para definir as identidades de gênero, pois, a construção dessas identidades é um fenômeno biopsicossocial (HELLBORN, 1996 Apud OLIVEIRA; SOUZA, 2006).

Gênero é um conceito que deve ser entendido a partir de uma perspectiva biopsicossocial, onde biologia, psicologia e sociedade se encontram em uma relação dialética na composição da masculinidade e da feminilidade (SAFFIOTI, 2004). Mas, os papéis sociais geralmente são passados para o indivíduo desde o nascimento por meio de sua família, sendo educado e instruído a se comportar de uma certa maneira, dependendo da disposição biológica. A família transmite seus valores, crenças e regras ao sujeito, formando uma ‘identidade familiar’ que contribui para a formação da identidade pessoal. A formação dos valores de cada família é influenciada pelo seu ambiente, que está em constante mudança (MARODIN, 2000).

Devido à influência dos meios de comunicação de massa, meninos e meninas também recebem educação. Televisão, jornais e revistas veiculam e alimentam estereótipos sobre mulheres/meninas e homens/meninos o tempo todo, criando uma enorme dicotomia entre os sexos. Um homem não pode agir como uma mulher, ele deve se diferenciar em comportamento e emoção, caso contrário a sociedade duvidará de sua masculinidade porque ele precisa mostrar mais força, masculinidade e poder do que as mulheres (AZEVEDO, 1985). Um indivíduo aprende valores e crenças, bem como expectativas sobre como maridos e esposas devem se comportar, a partir de suas experiências em sua família, casamento, namoro e sua comunidade (MARODIN, 2000).

Estudos sobre gênero apresentaram contribuições importantes, segundo Marodin (2000) há quatro tipos de casais em função das relações estabelecidas, dentre estes, os casais do tipo “tradicionais patriarcais” evidenciam um padrão para a compreensão da violência contra a mulher. Tradicionalmente, os casais patriarcais mantêm um relacionamento baseado em que "um sexo domina o outro". Nesse tipo de casal, o homem assume o papel de provedor e chefe da família. Quando as mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico e pela criação dos filhos, elas trabalham sem remuneração e dependem financeiramente de seus maridos, "[...] aumentando o poder masculino e a impotência feminina, a imaturidade e a dependência" (MARODIN), 2000, p. 11).

A luta pela igualdade de gênero exige uma mudança social e cultural, através da desnaturalização da lógica patriarcal. Este debate se insere como objeto de pesquisas no campo da psicologia, antropologia, sociologia. A interdisciplinaridade pode se apresentar como uma importante contribuição na compreensão do fenômeno com o consequente avanço no campo do direito político-social.

Assim, para entender o simbolismo violento que existe na sociedade, é crucial uma compreensão mais completa da relação entre homens e mulheres no Brasil patriarcal, a qual, caracterizada por desigualdade e distanciamento de gênero, baseado em uma leitura reducionista e dicotômica.

A dominação masculina também pode ser diagnosticada pelo lugar que muitas mulheres ocupam, enquanto um fenômeno cultural sua reprodução não se aplica somente ao homem. Está sob a responsabilidade das mulheres também conquistar novos atributos na luta pela igualdade, além das tarefas sociais historicamente atribuídas a elas. Um contexto desigual que leva a compreender que:

O “nó” privado das desigualdades de gênero vem sendo identificado há muito nos usos do tempo e na divisão do trabalho doméstico. O debate sobre as razões da subordinação das mulheres passa pela exclusão, em diferentes faces da vida pública, ou, alternativamente, pela sua imersão excessiva no mundo da família e da vida privada, seja por causa da maternidade, seja pela dedicação ao trabalho doméstico (ITABORAÍ, 2016, p. 105).

A dualidade de gênero e papéis sociais ainda se manifesta na sociedade contemporânea. Nesse sentido,

quebrar a ideologia patriarcal é imperativo, as conquistas no campo da proteção sociojurídica implicam na construção de uma sociedade mais justa, visto que contribuem no debate quanto as questões de gênero no campo igualdade política e equidade social. A cultura de dominação masculina como projeto de permanência arbitrária (BOURDIEU, 2012), é fruto de um processo histórico replicado ao longo dos séculos, e para que seja quebrada exige transformação cultural. Assim, as percepções da violência psicológica enquanto uma violência simbólica precisa ser considerada em um campo de forças que produzem e reproduzem padrões de comportamento definidoras da subjetividade através da valorização e domínio do homem.

2.2 – O CONTEXTO DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E SEUS DESDOBRAMENTOS NA ATUALIDADE.

O contexto do trabalho e produtividade localiza o homem em lugar de vantagens sociais enquanto das mulheres em lugar de inferioridade. Ou seja, a divisão das funções sociais coloca as mulheres com papéis na vida privada/familiar e os homens na vida pública, o que “demonstra que a emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis, enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico” (ENGELS, 1984, p.182).

Uma divisão social do trabalho, que situou as mulheres como seres inferiores aos homens. A Revolução Industrial, por sua vez, introduziu as mulheres no mercado de trabalho, mas em lugar de menos valor. Ocupavam funções iguais e sujeitando-se aos mesmos serviços e horas de trabalho, mas recebendo menor remuneração em função de sua condição biológica. Outra distinção evidenciava-se na determinação de que as mulheres precisavam de licenças dos maridos ou dos pais para trabalhar, indicando a necessidade de obedecer a uma figura masculina como responsável pelos seus atos. Durante séculos as mulheres foram consideradas como propriedade dos homens, sem autonomia e liberdade de escolha e, portanto, subservientes aos homens.

O lugar que as mulheres ocupam no mercado de trabalho, na atualidade, ainda evidencia o lugar ocupado social e historicamente. Um número significativo de mulheres realiza serviços em um enquadramento que representa e determina a “imagem feminina”, ou seja, ocupações como secretária, empregada doméstica, recepcionista, balconista, enfermeira, professora, cuidadora, etc. Como profissão de mulher, o papel socialmente estabelecido de “bonita, digna e caseira” permanece inalterado até os dias atuais (ENGELS, 1984).

Atualmente, observa-se avanços quanto ao lugar ocupado socialmente pelas mulheres. Muitas assumem

carreiras que antes eram reservadas aos homens, como engenharia, oficinas mecânicas, motoristas, caminhoneiros, pilotos de avião, jogadores de futebol, etc. Nenhuma carreira é projetada para homens ou mulheres, os fatores biológicos não devem ser uma condição determinante para distinguir o que homens e mulheres podem ou não fazer (PIVA, SEVEREO; DARIANO, 2007).

O sistema capitalista impõe a divisão de papéis sociais demarcada por uma distinção e hierarquização excludente, reforçando, portanto, a ideia de vulnerabilidade, emoção, pureza, inferioridade e sensibilidade ao campo feminino. Subordinadas ao homem são subtraídas, muitas vezes, do direito de pensar, agir, querer e sentir livremente, nem mesmo o direito de possuir e usar o próprio corpo como lhe convêm.

Segundo Anjos (2003), para compreender como a violência se manifesta na atualidade, é necessário superar a visão tradicional das ciências sociais, que busca relações causais únicas e lineares com os fenômenos. A complexidade e a emergências do fenômeno da violência contra as mulheres exige uma leitura cuidadosa e científica das estruturas sociais e suas transformações.

O tema da violência recebe atenção nos mais diversos discursos da atualidade, seja na política, filosofia, psicologia, antropologia, sociologia, justiça, religião e senso comum. Suas reflexões são variadas, com definições muitas vezes associadas a conceitos como poder, força, autoridade ou dominação, sem necessariamente abordar as especificidades históricas e culturais da construção dos fenômenos violentos (PIVA, SEVERO; DARIANO, 2007).

É um fenômeno complexo e diverso, que demanda ser analisado na interdependência dos fatores sociais, históricos, culturais e subjetivos. De cunho social, demanda ser analisado na relação existente entre o eu-outro. Destaca-se que no campo legal há que estabelecer o lugar do agressor e da vítima, sendo necessário também situar as necessidades de reprodução destes lugares e quais suas implicações subjetivas na perpetuação do vínculo em que cada ente da relação alimenta em sua especificidade o padrão relacional violento.

2.3 – VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E SEUS IMPACTOS NA SUBJETIVIDADE.

A violência é um conceito polifônico que geram interpretações e orientam diferentes modos de subjetividades. Barus-Michel refere-se à violência como “a experiência de uma desordem interna ou comportamento ultrajante em um ambiente [...] segundo a perspectiva da pessoa que o cometeu ou sofreu” (2011, p. 20). Deste enquadre, é importante que as discussões sobre violência e, em especial, a

violência psicológica, contenham dois aspectos fundamentais: a conceituação de violência que permite a identificação de experiências violentas e as perspectivas dos envolvidos em tais situações violentas, visto que, a forma como a experiência é percebida está relacionada com o como é sentida e como é identificada.

Arendt (1970/2009) coloca que diferentes pensadores políticos, tanto de direita quanto de esquerda, entendem a violência como a manifestação mais visível do poder. No entanto, defende que violência e poder são dimensões diferentes ou mesmo opostos, afirma que “onde um domina absolutamente, o outro não existe. A violência ocorre onde o poder está em risco, portanto, onde um outro não pode estar, esta, é excludente e estabelece o autoritarismo. O autor defende que a violência pode surgir por determinados motivos legítimos, mas que, no entanto, nunca lhe conferem legitimidade. Nesse sentido, entendemos que os atos de violência visam minar ou atacar a subjetividade do outro, e surgem quando o sujeito sente que está perdendo seu poder ou enfrenta sua própria impotência (SAFFIOTI, 1999).

Portanto, compreender como as sociedades são construídas a partir de dinâmicas violentas abre possíveis explicações. Nesse contexto, Chauí (2003) expõe que, apesar de muito se falar em violência, a sociedade brasileira se organiza em torno de um mito de não-violência que mascara e nega a dura realidade do país.

A violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda idéia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural. Mais do que isso, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas porque está cega ao lugar efetivo da produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira (Chauí, 2003, p. 52).

A sociedade brasileira estrutura-se também sob a lógica autoritária, através da relação de comando e obediência sustentada pelos padrões do patriarcado e do sexismo, e a invisibilidade que estrutura a violência em nossa realidade se conjuga na desigualdade de gênero. Ao desvalorizar as mulheres e atribuir poder e autoritarismo aos homens, a sociedade brasileira acaba por legitimar grande parte dos atos violentos, desencadeando uma violência produzida na relação eu-outro, onde a ‘dominação masculina’ apresenta-se como uma armadilha social responsável por agregar definir o lugar submisso da mulher.

Assim, ao considerar a violência psicológica como violência simbólica, torna possível localizá-la como produção humana mediada pela linguagem, campo que estabelece a relação entre o mundo objetivo e a subjetividade em relação de coprodução,

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se

pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto (BOURDIEU, 2012, p. 47).

O impacto da violência psicológica necessita de um olhar aguçado que permita reconhecer seus atravessamentos históricos, a chamada ‘consciência dominada’ desconhece sua condição, de modo que a proporção dos danos e as consequências da dominação masculina não podem ser medidos. A ‘consciência oprimida’ torna-se produto e produtora das condições e constrangimentos impostos pela dominação; “o princípio da visão dominante não é uma simples representação mental, uma fantasia (“ideias na cabeça”), uma “ideologia”, e sim um sistema de estruturas duramente inscritas nas coisas e nos corpos” (BOURDIEU, 2012, p. 54). Assim, em uma relação de violência, o consentimento não confere em si a autonomia de decisão do subordinado à situação de violência, pois que retrata o instituído bem como as relações humanas tecidas no cotidiano da sociedade.

A revolução simbólica que o movimento feminista clama não pode ser reduzida a uma simples mudança de vontade. Esta, só pode ocorrer por meio de atos de conhecimento que incluem os diferentes olhares sobre o fenômeno da violência. Contextualizar o fenômeno é incluir a historicidade em suas nuances de manifestações, proibições, sugestões, tentações, ameaças, condenações, ordens ou apelos inseridos em jogos de poder. As relações só podem funcionar pela cumplicidade e dependem do diálogo, encontro com a diferença, para operacionalizar a desnaturalização e conseqüentemente a transformação da violência em atos de respeito e dignidade (BOURDIEU, 2012).

Por isso, os profissionais de psicologia se apresentam como profissionais de extrema importância para o atendimento psicológico de mulheres vítimas de violência, não importa qual tipo de atendimento utilizará, este começa por estabelecer uma relação terapêutica recíproca com a vítima, criando um espaço onde ela se sinta segura e protegida, e assim é o ponto de partida para que a vítima possa compreender a experiência que lhe causou angústia (SOARES, 2005 p. 64; PIMENTEL, 2011 p.06).

A psicoterapia amplia a compreensão da vítima sobre o comportamento violento perpetrado pelo agressor, tanto durante o processo de não aceitação quanto no processo de contenção vivenciado. A mesma emprega estratégias que minimizam o sofrimento e empodera as vítimas para a mudança ou fuga de situações de violência, demonstrando novas formas de lutar por seus direitos e desejos de vida (TENÓRIO, 2012 p. 23).

É fundamental que os profissionais de psicologia estejam sempre atentos à escuta ativa. Segundo Hirigoyen (2006, p. 183), “é preciso ajudá-los a verbalizar, compreender sua experiência e, então, levá-los a criticar essa experiência”. Pois, a partir da compreensão e tomada de consciência das próprias experiências, a mulher poderá se proteger e recompor sua dignidade.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tempos as mulheres foram associadas a figura de pessoas responsáveis pelo serviço doméstico e cuidados para com a família. O patriarcado remeteu a figura feminina a uma posição limítrofe, aonde a mesma era impedida, por convenções sociais, de se colocar de maneira mais justa no campo social. Por anos se estabeleceu uma luta na busca de melhores posições sociais, desejando mais igualdade. Porém, ainda hoje o lugar ocupado pelas mesmas no campo social continua distante daquele que um dia almejavam. Nesse contexto, a violência surge como um reflexo de todas essas questões não resolvidas corretamente.

Destaca-se a violência psicológica, que se caracteriza por sua invisibilidade, que como percebido no estudo, faz com que muitas mulheres sofram diariamente nas mãos de seus cônjuges. A violência simbólica se caracteriza pela dominação da vítima e se caracteriza pelas ameaças, dentre outras nuances de manifestações. O que leva a necessidade de destacar a fundamentalidade de um profissional de psicologia que atue para reestabelecer a dignidade da mulher que necessita ser ouvida.

É um tema importante que precisa ser mais discutido socialmente, até para que as vítimas reconheçam sua realidade e possam assim buscar um caminho de saída deste contexto.

REFERÊNCIAS

ANJOS, ERLY EUZÉBIO. A banalização da violência e a contemporaneidade. In T. Camacho (Ed.), *Ensaio sobre violência*. Vitória: Edufes, 2003. Disponível em:

<https://servicosocial.ufes.br/sites/servicosocial.ufes.br/files/field/anexo/sso_-_topicos_especiais_em_servico_social_ii.pdf> Acesso em: 17 de Jun. de 2022

ARENDT, HANNAH. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. (Original publicado em 1970). Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4196764/mod_resource/content/1/AULA%209%20-%200%20-%20Arendt%20-%20Sobre%20a%20violencia.pdf> Acesso em: 10 de Jul. de 2022

AZEVEDO, Maria Amélia de. *Mulheres espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortez, 1985. Disponível em:

<<https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/4844/1/425374.pdf>> Acesso em: 26 de Mai. de 2022

BARRETO, RAQUEL SILVA. *Relacionamentos abusivos: uma discussão dos entraves ao ponto final*. [Online]. Periódico UFF, 2018. Disponível em:

<<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31312/18401>> Acesso em: 12 de Mai. de 2022

BARUS-MICHEL, JACQUELINE. A violência complexa, paradoxal e multívoca. In M. Souza, F. Martins, & J. N. G. Araújo (Eds.), *Dimensões da violência: conhecimento, subjetividade e sofrimento psíquico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/29642/1/ARTIGO_ViolenciaContraMulher.pdf> Acesso em: 07 de Jul. de 2022

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução de Maria Helena Kuhner. 11ª edição, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/16/o/BOURDIEU__Pierre._A_domina%C3%A7%C3%A3o_masculina.pdf?1332946646> Acesso em: 14 de Jul. de 2022

CHAUÍ, MARILENA. Ética, política e violência. In T. Camacho (Ed.), *Ensaio sobre violência*. Vitória: Edufes. 2003. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-conceitos-formas_3.pdf> Acesso em: 07 de Jul. de 2022

CORTIZO, Maria Del Carmo, GOYENECHÉ, Priscila Larratea. *Judicialização do privado e violência contra a mulher*. v. 13 n. 1. Florianópolis: Rev. Katál. Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/12>>. Acesso:23/05/2022

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 9º ed. Trad. de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1884/origem/index.htm>> Acesso em: 11 de Jun. de 2022

HIRIGOYEN, Marie – France. A violência no casal: da coação psicológica à agressão física. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2593/3/20820746.pdf>> Acesso em: 10 de Ago. De 2022

ITABORAÍ, Nathalie Reis. Temporalidades plurais: desigualdades de gênero e classe nos usos do tempo das famílias brasileiras. In: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara (org.). *Uso do tempo e gênero*. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/24709/1/Celia%20Regina%20Nilander%20de%20Sousa.pdf>> Acesso em: 05 de Mai. de 2022

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Violência e saúde* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>> Acesso em: 05 de Mai. de 2022

MARODIN, M. As relações entre o homem e a mulher na atualidade. In: Strey MN, organizador. *Mulher: estudos de gênero*. São Leopoldo (RS): UNISINOS, 2000. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2593/3/20820746.pdf>> Acesso em: 05 de Jun. de 2022

OLIVEIRA, Danielle Cristina de; SOUZA, Lídio de. *Gênero e violência conjugal: concepções de psicólogos*. Rio de Janeiro: Estud. pesqui. Psicol., 2006. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v6n2/artigos/pdf/v6n2a04.pdf>> Acesso em: 03 de Mai. de 2022

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). *Salud Mundial*. Genebra: OMS, 2005. Disponível

em: <<https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>> Acesso em: 15 de Mai. de 2022

PARKER, Richard G. Bodies. PleasuresandPassions. Sexual culture in ContemporaryBrazil. SecondEdition. VanderbiltUniversity Press Nashville, 2009. Disponível em: <<https://ps.b-ok.lat/book/977095/ddb409>> Acesso em: 20 de Mai. de 2022

PIMENTEL, Adelma. Violência psicológica nas relações conjugais – pesquisa e intervenção clínica. São Paulo: Summus, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2593/3/20820746.pdf>> Acesso em: 10 de Ago. de 2022

PIVA, Â.; SEVERO, A.; DARIANO, J. Poder e violência – formas de subjetivação e desubjetivação. Contemporânea – Psicanálise e Transdisciplinaridade, 2007. Disponível em: <<http://www.revistacontemporanea.org.br/site/wp-content/artigos/artigo76.pdf>> Acesso em: 15 de Jun. de 2022

RABELO, IONARA VIEIRA MOURA; ARAÚJO, MARIA de FÁTIMA. Violência de gênero na perspectiva da saúde mental. São Paulo: Revista de Psicologia da Unesp, 2008. Disponível em: <<https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/977/902>> Acesso em: 17 de Mai. de 2022

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/10/genero_web.pdf> Acesso em: 05 de Jun. de 2022

_____. O Estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, J.V.T. dos (Org.) Violência no tempo da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v6n2/artigos/pdf/v6n2a04.pdf>> Acesso em: 10 de Jul. de 2022

SOARES, Bárbara M. IN: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Enfrentando a Violência contra a mulher – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2593/3/20820746.pdf>> Acesso em: 10 de Ago. De 2022

TENÓRIO, Carelene Maria Dias. Acompanhamento psicossocial em grupo de autores e vítimas de violência conjugal. Congresso de Gestalt Terapia. Brasília: UniCeub. 2012. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2593/3/20820746.pdf>> Acesso em: 10 de Ago. De 2022.

Recebido em: 01.11.2022

Aceito em: 21.10.2022

Endereço para correspondência:
Nome Ramon de Figueirêdo Pereira
email ramon-pereira@outlook.com



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)